

The background of the cover is a dense, overlapping pattern of colorful fingerprints in various colors including red, orange, yellow, green, blue, and purple. The fingerprints are arranged in a way that they appear to be scattered across the page, with some larger and more prominent than others.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

Dionei Moreira Gomes,
María Alejandra Regúnaga
e Arthur Britta Scandelari
(organizadores)

UnB
Livre

EDITORA
UnB 



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
César Lignelli
Flávia Millena Biroli Tokarski
Liliane de Almeida Maia
Maria Lidia Bueno Fernandes
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcante
Sely Maria de Souza Costa
Wilsa Maria Ramos



Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

Dioney Moreira Gomes,
María Alejandra Regúnaga
e Arthur Britta Scandelari
(organizadores)

 UnB
Livre

EDITORA
UnB 

Coordenadora de produção editorial
Assistente editorial
Revisão

Equipe editorial

Marília Carolina de Moraes Florindo
Lara Perpétuo dos Santos
Arthur B. Scandelari, Dionei M. Gomes,
María Alejandra Regúnaga

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa,
1º andar – Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte,
Brasília/DF – CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser
armazenada ou reproduzida por qualquer meio
sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza Faustino dos Santos - CRB 1/1913

D618 Diversidade linguística na América [recurso eletrônico] : línguas
 ameríndias / Dionei Moreira Gomes, María Alejandra
 Regúnaga, Arthur Britta Scandelari (organizadores). – Brasília
 : Editora Universidade de Brasília, 2022.
 v. – (UnB Livre).

Inclui índice.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-65-5846-132-6 (v. 1).

1. Diversidade linguística. 2. Línguas ameríndias. 3. Tipologia
(Linguística). I. Gomes, Dionei Moreira (org.). II. Regúnaga,
María Alejandra (org.). III. Scandelari, Arthur Britta (org.). IV.
Série.

CDU 811.8



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio.....	10
Introdução	12
Capítulo 1. A marcação de pluralidade nominal em Mehináku (Arawak) 18 <i>Angel H. Corbera Mori</i>	
Capítulo 2. Interpretação fonético-fonológica do Kustenau (Arawak) na perspectiva do método reconstutivo sincrônico..... 48 <i>Angel H. Corbera Mori</i> <i>Jackeline do Carmo Ferreira</i>	
Capítulo 3. Construções possessivas do Kithãulhu e em outras línguas da família nambikwara	80 <i>Sivaldo Correia</i>
Capítulo 4. Gramaticalización en lenguas genéticamente emparentadas: lenguas yuto-aztecas del noroeste de México	119 <i>Zarina Estrada-Fernández</i>
Capítulo 5. Presencia santiagueña en Buenos Aires: aspectos culturales y lingüísticos como marcadores identitarios	154 <i>Marcelo Pagliaro</i> <i>Adriana Speranza</i>

Capítulo 6. Codificación lingüística en las misiones anglicanas de la Patagonia.....	180
<i>María Alejandra Regínaga</i>	
Capítulo 7. Interpretação temporal em orações não finitas em Karitiana: a contribuição do aspecto	229
<i>Ivan Rocha</i>	
Capítulo 8. Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní: argumentos ou adjuntos? Primeiros passos: Kamaiurá.....	264
<i>Arthur Britta Scandelari</i>	
<i>Dioney Moreira Gomes</i>	
Conclusão.....	314
Agradecimentos.....	316
Informações sobre os autores.....	318
Índice Remissivo	326

CAPÍTULO 8

SINTAGMAS POSPOSICIONAIS EM LÍNGUAS DA FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ: ARGUMENTOS OU ADJUNTOS? PRIMEIROS PASSOS: KAMAIURÁ

Arthur Britta Scandelari
Mestrando (PPGL/UnB)
Bolsista do CNPq

Dionei Moreira Gomes
Universidade de Brasília

1 Introdução

A tipologia linguística preocupa-se em classificar as línguas de acordo com parâmetros gramaticais, a fim de identificar correlações e propriedades comuns entre elas e contribuir para explicar a linguagem humana. Atualmente, buscam-se padrões tipológicos parciais, que expliquem fenômenos gramaticais específicos (cf. Shibatani e Bynon, 1995). A distinção entre argumentos e adjuntos enquadra-se nesse cenário, apresentando-se como paradigma potencial para a classificação das línguas naturais.

O aprofundamento do tema pode contribuir para: a identificação de padrões, tanto de contato linguístico quanto de mudanças históricas; a validação ou não de princípios sintáticos universais; a verificação de regularidades translinguísticas; a compreensão dos sistemas linguísticos em geral; e até o aprendizado de línguas estrangeiras, a exemplo de dicionários de valência (cf. Haspelmath, 2014b; Haspelmath e Hartmann, 2015).

No âmbito da linguística tipológico-funcional, assumimos que argumentos e adjuntos são categorias relacionadas a necessidades funcionais que temos de expressar ou não alguns constituintes linguísticos. Nesta perspectiva, pretendemos identificar as características formais e funcionais de sintagmas posposicionais (SP) em línguas da família tupí-guaraní, com o intuito de diferenciá-los translinguisticamente, e determinar as variações possíveis entre as línguas dessa e de outras famílias.

Essa proposta inscreve-se em estudo mais amplo, que pretende apurar como tem sido feita a distinção entre argumentos e adjuntos nas pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras em geral e estabelecer premissas comuns que possibilitem a identificação desses elementos (cf. Gomes, 2018).

De partida, uma questão que se mostrou relevante em nossa pesquisa é a variedade de termos usados em referência a conceitos similares, o que suscitou uma importante pergunta de fundo, mais abrangente, que tem acompanhado todo o trabalho, a saber: qual o impacto da variação terminológica na discussão teórica? Consideramos que a profusão de termos pode estar por trás tanto das dificuldades em definir critérios comuns para identificar argumentos e adjuntos quanto dos desafios para propor padrões em pesquisas tipológicas.

Quanto aos tipos de SP, interessam-nos principalmente os usados em construções passivas¹, causativas de verbos transitivos, locativas e possessivas, ou os que carregam papel semântico de agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo e instrumento. A escolha dessas construções deve-se às diferenças constatadas no plano sintático e no semântico, isto é, ao fato de que os papéis semânticos associados a essas construções, apesar de serem expressos de maneira uniforme em diversas línguas, são os

¹ De acordo com Seki (2000, p. 285), “há um tipo de construção em Kamaiurá, envolvendo nominalização de verbos transitivos com o sufixo {-ipyt} ‘paciente’, que é funcionalmente equivalente à passiva do Português”.

mais controversos no tocante a serem adjuntos ou argumentos, como no exemplo 2, do Kamaiurá, a respeito da classificação do agente causativo do verbo transitivo:

	<u>A</u>	<u>O</u>	<u>V</u>
(1) (1093) ²	i-kywyr-a	h-y'yw-a	o-'awyky ³
	3-irmão-N	3-flecha-N	3-fazer
	'o irmão dela fez as flechas dele (outro)'		

	<u>A</u>	<u>O</u>	<u>V</u>	<u>Oi</u>
(2) (1094)	kujã-a	<u>h-y'yw-a</u>	o-'awyky-ukat	[[o-kywyr-a] upe]
	mulher-N	3-flecha-N	3-fazer-Caus	3Refl-irmão-N Dat
	'a mulher mandou seu irmão fazer as flechas dele (outro)'			

(SEKI, 2000, p. 291-292, colchetes nossos)⁴

No exemplo 2, embora o agente direto (*o-kywyr-a upe*) da construção causativa com verbo transitivo (*o-'awyky-ukat*) seja necessário do ponto de vista semântico, na perspectiva sintática ele é realizado em um SP, indicado pelos colchetes, cujo *status* argumental ou adjuntivo não está completamente claro na análise da autora, embora ela opte por tratá-lo como “oblíquo”:

² A numeração original dos exemplos de Seki (2000) será mantida, mas, para efeitos de melhor compreensão de nosso texto, usaremos numeração própria em ordem crescente, posta imediatamente antes da original. Informamos que as glosas também são da autora. Em relação às marcações de terceira pessoa deste exemplo, esclarecemos que se trata de alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’ e, no caso do prefixo {o-}, de objeto de terceira pessoa reflexiva.

³ Não encontramos no texto a relação entre grafema e fonema. Segundo Seki (2000, p. 409), “uma análise fonêmica permite identificar na língua um sistema fonológico constituído de 14 consoantes e 12 vogais”. Para mais informações sobre a fonologia da língua, conferir Seki (2000, parte V).

⁴ Informamos que o significado de todas as abreviaturas apresentadas pode ser consultado ao final do capítulo, na seção “Abreviaturas”.

Nos exemplos acima, o objeto direto é expresso pela LN [sintagma nominal] **h-y'yw-a** “flecha dele”, que ocorre precedendo o verbo. O sujeito original de (1093) [1, na numeração do capítulo], a LN **i-kywyt** “irmão dela”, aparece na construção causativa [2] como oblíquo, e o *Causer*, expresso pela LN **kujã** “mulher”, aí ocupa a posição de novo sujeito. (SEKI, 2000, p. 292, grifos da autora)

Por conseguinte, queremos identificar como SP presentes em construções desse tipo são tratados pelos linguistas que pesquisaram ou pesquisam as línguas Tupí-Guaraní.

O presente capítulo apresenta introdução à discussão teórica em torno do tema, bem como os resultados preliminares da pesquisa, iniciada com o Kamaiurá, língua tupí-guaraní do Alto Xingu (MT). Os dados linguísticos desta e das demais línguas investigadas estão sendo obtidos em pesquisas de outros autores, já realizadas na área. A fim de contextualizar a pesquisa em curso, apresentamos a seguir os seus objetivos gerais e a sua metodologia (seção 2). Na sequência, traçamos um panorama do que se entende por “adposição” (seção 3). Posteriormente, fazemos discussão teórica introdutória sobre os critérios existentes para diferenciar argumentos de adjuntos (seção 4). Expomos como as pesquisas linguísticas sobre o Kamaiurá trataram as posições semântica e sintaticamente (seção 5). Encerramos o capítulo com as considerações finais (seção 6), seguidas das referências e abreviaturas.

2 Apresentação da pesquisa em curso: metas e caminhos

O objetivo principal da pesquisa em que se insere a discussão apresentada neste texto é identificar o tratamento sintático dado a sintagmas

posposicionais em pesquisas sobre línguas da família tupí-guaraní e responder à seguinte pergunta: Qual relação sintática estabelecem os SP com o restante da oração — argumento ou adjunto?

Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: 1) identificar quais critérios foram usados nas pesquisas para classificar os SP; 2) verificar se há uso de posposições distintas para expressar lugar, meta e fonte, enquadrando-se no padrão mais comum entre os cinco padrões observados na tipologia de Pantcheva (2010); 3) verificar a existência de posposições multifuncionais com escopo também pragmático, a exemplo de modalização, fonte da informação ou voz de autoridade (cf. Epps, 2008; Hagège, 2010; Gomes, 2019); 4) identificar qual tipo de complemento as posposições podem tomar: nomes, pronomes (livres ou clíticos), morfemas pessoais presos, advérbios, orações, entre outros; 5) verificar se as posposições manifestam algum isomorfismo com verbos e nomes; 6) identificar diferenças e semelhanças entre línguas dos distintos ramos da família tupí-guaraní, no tocante às formas e funções dos SP; 7) verificar a possibilidade de aplicar, à distinção entre argumento e adjunto, uma classificação em termos prototípicos, mais alinhada com análises como as de Creissels (2014) e Haspelmath (2014a); 8) contribuir para os estudos tipológicos a respeito dos SP e da distinção entre argumento e adjunto. No presente texto, nossa meta é apresentar os primeiros resultados da pesquisa iniciada com o Kamaiurá, o que recobre os objetivos 1 a 5.

No âmbito metodológico, estamos empreendendo levantamento bibliográfico a respeito de SP nas pesquisas já realizadas sobre línguas da família tupí-guaraní. Para tanto, pesquisamos dissertações, teses, artigos e livros sobre a morfossintaxe dessas línguas.

Como ponto de partida para a seleção das línguas, seguimos a proposta de Rodrigues e Cabral (2002), referente à classificação da família tupí-guaraní. De acordo com essa subdivisão, os autores relacionam oito ramos internos à família, quais sejam:

Ramo I: Guaraní Antigo, Kaiwá (Kayová, Pãi), Ñandeva (Txiripá), Guaraní Paraguaio, Mbyá, Xetá (Serra dos Dourados), Tapieté, Chiriguano (Ava), Izoceño (Chané), Guayakí (Axé);

Ramo II: Guarayo (Guarayú), Sirionó, Horá (Jorá);

Ramo III: Tupí, Língua Geral Paulista (Tupí Austral), Tupinambá, Língua Geral Amazônica (Nhe'engatú);

Ramo IV: Tapirapé, Asuriní do Tocantíns, Parakanã, Suruí (Mujetire), Avá-Canoeiro, Tembé, Guajajára, Turiwára;

Ramo V: Araweté, Ararandewára-Amanajé, Anambé do Cairarí, Asuriní do Xingu;

Ramo VI: Kayabí, Apiaká, Parintintín (Kagwahíb), Tupí-Kawahíb (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, Uruewauwau, Amondáva, Karipúna, etc.), Juma;

Ramo VII: Kamayurá;

Ramo VIII: Wayampí (Oyampí), Wayampípukú, Emérrillon, Jo'é, Urubu-Ka'apór, Anambé de Ehrenreich, Guajá, Awré e Awrá, Takunhapé. (RODRIGUES; CABRAL, 2002, p. 335-336, grifos dos autores)

Com vista a abranger a diversidade de línguas existentes na família tupí-guaraní e de verificar semelhanças e diferenças entre elas, pretendemos selecionar uma língua de cada ramo, ainda a definir. Buscaremos línguas que tenham sido extensamente estudadas, a fim de ter acesso a grande quantidade de dados qualificados e análises bem estruturadas, especialmente no que se refere aos SP.

Conforme explicitado adiante, na seção intitulada “Kamaiurá: primeiros passos”, iniciamos a pesquisa com o Kamaiurá, do ramo VII. As pesquisas de Lucy Seki sobre essa língua são vastas e foram reunidas em sua gramática do ano 2000. Como veremos, esse material nos serviu

muito bem para levantar as informações concernentes aos propósitos descritos, além de nos ajudar a refinar as perguntas que vão compor um protocolo a ser usado com cada uma das línguas a serem pesquisadas.

Nossa pesquisa poderá ainda vir a contribuir para ratificar ou não a distribuição dessas línguas nos respectivos ramos em que foram alocadas, comparando-a com as classificações de Mello (2002), Dietrich (2010) e Michael (2015), embora esse não seja um objetivo primário.

Para a execução global da pesquisa em andamento, temos cumprido o seguinte percurso: 1) formação de banco de dados com dissertações, teses, artigos e livros sobre a morfossintaxe das línguas da família tupí-guaraní, com foco nas pesquisas que evidenciem diferenças entre argumentos e adjuntos, e especifiquem a identificação de relações gramaticais e SP; 2) identificação dos critérios usados pelos pesquisadores para classificar os SP em argumentos ou adjuntos; 3) levantamento dos critérios comuns e dos diferentes; 4) revisão da literatura linguística geral, de diferentes filiações teóricas, sobre a distinção entre argumento e adjunto; 5) revisão da literatura linguística geral sobre posposições; 6) identificação de conceitos comparáveis translinguisticamente, tais como os citados na introdução deste capítulo: agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo, instrumento; e 7) cotejamento dos critérios encontrados nas pesquisas feitas com os relatados na literatura linguística, sobretudo com os propostos no *Leipzig valency patterns project*, também conhecido como *Valency Patterns Leipzig (ValPaL) database* (Hartmann *et alii*, 2013) — ou “Projeto de padrões de valência de Leipzig” e “Banco de dados de Padrões de Valência de Leipzig (ValPaL)”, respectivamente, em tradução livre.

Neste texto, trazemos parte da execução desses passos. Especificamente, apresentamos a seguir a categoria central de nossos estudos — as adposições — e, na sequência, uma introdução sobre o debate teórico em torno da diferenciação entre argumentos e adjuntos. Chegaremos, então, às considerações sobre o Kamaiurá no que tange a esses temas.

3 Adposições: conceito, tipologia e desafios

De acordo com Hagège (2010), as adposições formam uma classe gramatical que tem recebido pouca atenção nas pesquisas tipológicas, quando comparada com as demais categorias. Embora existam mais tipos de adposições na literatura, como a preposição, a circumposição e a ambiposição (cf. Haspelmath, 2003), neste capítulo, conforme indicado na apresentação da pesquisa, usamos o termo para nos referir especificamente às posposições, que são o tipo encontrado nas línguas da família tupí-guaraní. Preposições são raras nessa família, sendo detectadas apenas duas no Nheengatú (Língua Geral Amazônica), por empréstimo do Português, devido ao histórico de intenso contato entre essas línguas, que resultou em alterações significativas na primeira (cf. Rodrigues, 1996; Cruz, 2011).

Haspelmath (2003) destaca a função relacional das adposições e os papéis semânticos que estabelecem entre SN (sintagmas nominais) e predicados, como locativo, instrumental, beneficiário e causa. A partir da leitura de seu texto, infere-se relação de iconicidade diagramática entre a forma e o sentido das adposições concretas — que indicam situações mais reais, como tempo e lugar — e das adposições gramaticais, que expressam relações sintáticas abstratas: “Adposições complexas [formadas por locuções] são sempre concretas, e adposições gramaticais são sempre curtas e simples” (HASPELMATH, 2003, p. 40, tradução nossa⁵).⁶

⁵ “Complex adpositions are always concrete, and grammatical adpositions are always short and simple” (HASPELMATH, 2003, p. 40).

⁶ Em trabalhos posteriores, esse autor rejeita explicações com base no princípio da iconicidade: “Haspelmath (2008a) argumentou que iconicidade (ou a tendência para correspondência entre forma e significado) geralmente não pode funcionar como uma explicação dos universais de codificação assimétrica, porque, em muitos casos, não há diferenças de significado, mas ainda assim encontramos assimetrias de codificação” (“Haspelmath (2008a) argued that iconicity (or the tendency for form-meaning matching) cannot generally work as an explanation of the universals of

O autor afirma também que são sempre uma classe fechada de palavras, a qual não costuma ser extensa. Muitas línguas não dispõem de adposições, e suas funções tendem a ser desempenhadas por sistemas de caso ou substantivos relacionais. Segundo Haspelmath (2003), as adposições geralmente derivam de substantivos relacionais, mas podem originar-se de advérbios, o que lhes permite exercer funções adverbiais — as quais constatamos no Kamaiurá.

Hagège (2010, p. 28, tradução nossa⁷), por sua vez, também focaliza o aspecto relacional das adposições, ao explicar que “uma das funções características de uma Adp [adposição] é relacionar um termo, com o qual constitui um sintagma adposicional, a um predicado, muitas vezes representado por um SV [sintagma verbal], e assim marcar a relação gramatical e semântica entre eles”.

E, aprofundando-se na análise, define as adposições como uma categoria morfolexical, pelo fato de que “muitas expressões construídas com Adps [adposições], cujo significado é compreensível pela composicionalidade (portanto, não são expressões idiomáticas), pertencem ao léxico, bem como à gramática” (HAGÈGE, 2010, p. 269, tradução nossa⁸). Neste sentido, elas não são apenas um instrumento gramatical. Pelo contrário, podem apresentar conteúdo semântico e implicações pragmáticas. Em outras palavras, conforme Hagège (2010), as adposições não são elementos puramente relacionais, de maneira que a relação estabelecida por elas pode conter, em si, uma realidade.

asymmetric coding, because in many cases there are no meaning differences but we still find coding asymmetries” (HASPELMATH, 2018b, p. 18, tradução nossa).

⁷ “[...] *one of the characteristic functions of an Adp is to relate a term, with which it constitutes an Adp-phrase, to a predicate, often represented by a VP, and thus to mark the grammatical and semantic relationship between them*” (HAGÈGE, 2010, p. 28).

⁸ “[...] *many expressions built with Adps the meaning of which is understandable by compositionality (therefore not idioms) belong to the lexicon as well as to the grammar*” (HAGÈGE, 2010, p. 269).

Hagège (2010) também enfatiza a versatilidade funcional das adposições e fornece listas sobre a diversidade sintática e polissêmica da categoria. No aspecto semântico, ao comparar várias línguas, o autor elenca possibilidades que envolvem intercâmbio entre as funções agentiva e atributiva, pacientiva e alativa, possessiva e atributiva, inessiva e alativa, alativa e comitativa, comitativa e instrumental, espacial consecutiva e nocional consecutiva, inessiva e instrumental.

O autor chega a elaborar proposta explicativa, a fim de ilustrar a hierarquia dos domínios semânticos, conforme explana em:

se uma língua tiver uma ou mais Adps [adposições] marcando a função motivadora [*motivative function*], ela terá uma ou mais marcando as funções espaço-temporais pré e pós-essivas [*pre- and possessive functions*], e, se tiver isso, ela terá uma ou mais Adps marcando as funções dativa e alativa. (HAGÈGE, 2010, p. 282, tradução nossa⁹)

A partir dessas evidências, estamos investigando também posposições com função pragmática. A título de ilustração, Epps (2008) identificou a existência de posposições multifuncionais na língua Hup: “Várias das posposições locativas são usadas para codificar relações temporais, além de relações espaciais, e, em alguns casos, elas têm funções abstratas adicionais, relacionadas ao discurso” (EPPS, 2008, p. 463, tradução nossa¹⁰). A posposição *hiyóʔ*, por exemplo, pode indicar lugar (“sobre”, “em cima de”) ou “falha, erro como causa de algo”, enquanto a posposição *miʔ*, além

⁹ “[...] if a language has one or more Adps marking the *motivative function*, it will have one or more marking the *spatio-temporal pre- and possessive functions*, and if it has that, it will have one or more Adps marking the *dative and allative functions*” (HAGÈGE, 2010, p. 282).

¹⁰ “A number of the *locative postpositions* are used to encode *temporal relations* in addition to *spatial relations*, and in some cases they have *further, more abstract discourse-related functions*” (EPPS, 2008, p. 463).

de também indicar lugar (“sob”, “dentro de casa”), expressa as noções de “ao mesmo tempo” e “apesar de” (EPPS, 2008, p. 465-466, tradução nossa¹¹).

Quanto às possibilidades de codificação de expressões direcionais, Pantcheva (2010) propõe uma tipologia com cinco padrões logicamente possíveis:

- a. **Lugar=Meta=Fonte** (L=M=F) – uma língua com este padrão tem um único marcador (seja um afixo de caso ou adposição) para codificar lugar, meta do movimento e fonte do movimento, não distinguindo, portanto, entre as três funções.
- b. **Lugar=Meta≠Fonte** (L=M≠F) – neste caso, existe um marcador que é ambíguo entre lugar e meta do movimento, e um segundo marcador que expressa a fonte do movimento.
- c. **Lugar≠Meta≠Fonte** (L≠M≠F) – este é o padrão das línguas que possuem um marcador diferente para cada uma das três noções.
- d. **Lugar≠Meta=Fonte** (L≠M=F) – tal língua tem um marcador que codifica movimento, independentemente de ser orientado pela meta ou pela fonte. O lugar é expresso por um marcador diferente.
- e. **Lugar=Fonte≠Meta** (L=F≠M) – em tal língua, as noções de lugar e fonte de movimento são expressas pelos mesmos meios, excluindo-se a meta de movimento, que é codificada diferentemente. (PANTCHEVA, 2010, p. 2, grifos da autora, tradução nossa¹²)

¹¹ “*fault, error as cause of something*” e “*at same time; in spite of*” (EPPS, 2008, p. 465-466).

¹² “a. **Location=Goal=Source** (L=G=S) – a language with this pattern has one single marker (be it a case affix or adposition) to encode location, goal of motion and source of motion, thus drawing no distinction between the three functions.

b. **Location=Goal≠Source** (L=G≠S) – in this case, there is one marker which is ambiguous between location and goal of motion, and a second marker which expresses source of motion.

c. **Location≠Goal≠Source** (L≠G≠S) – this is the pattern of languages that have a separate marker for each of the three notions.

Entre eles, os mais comuns, de acordo com as pesquisas consideradas pela autora, são os descritos no item “b.”, Lugar=Meta≠Fonte (31%), e no “c.”, Lugar≠Meta≠Fonte (60,7%). Assim, os dois padrões mais recorrentes diferenciam apenas o caso ablativo, demonstrando sincretismo entre o locativo e o alativo, ou utilizam adposições distintas para marcar os casos locativo, alativo e ablativo. As demais ocorrências são residuais ou não atestadas nas línguas analisadas.

Com base nessa tipologia, pretendemos verificar se as línguas da família tupí-guaraní confirmam os padrões aventados, isto é, se apresentam posposições distintas para exprimir lugar, meta e fonte ou, ao menos, para indicar a fonte.

Por fim, ao estudar as línguas indígenas amazônicas, Queixalós e Gomes (2016, p. 14) chamam atenção para a existência de isomorfismo estrutural entre sintagmas nominais, verbais e posposicionais nessas línguas, o qual se manifesta “em uma variedade de elementos formais: possível presença de um argumento interno, ordem sequencial entre esse argumento e o núcleo, identidade na marcação do núcleo (paradigmas pronominais) ou na marcação do dependente (casos)”. Além dessas semelhanças, consideramos indícios de isomorfismo: a forma como o núcleo organiza o constituinte, o modo pelo qual os sintagmas são flexionados e os marcadores que os sintagmas aceitam.

Em Mundurukú, por exemplo, língua indígena do tronco tupí, Gomes (2016, p. 284) descreve que os sintagmas nominais, verbais e posposicionais

d. Location≠Goal=Source (L≠G=S) – such a language has one marker that encodes motion, regardless of whether it is goal oriented or source oriented. Location is expressed by a different marker.
e. Location=Source≠Goal (L=S≠G) – in such a language the notions of location and source of motion are expressed by the same means, to the exclusion of goal of motion, which is encoded separately” (PANTCHEVA, 2010, p. 2).

compartilham algumas propriedades sintáticas e morfológicas, tais como: i) argumento interno representado pelo mesmo pronome pessoal clítico e ii) flexão relacional. Nos exemplos a seguir, queremos destacar que a estrutura interna de SN (21a), SP (21b) e de alguns SV (21c-d) é a mesma:

(21)

a. [[o=]ba]

1=braço

‘meu braço’

b. [[o=]kay]

1=para

‘para mim’

c. [[o=]parara]

1=ter.medo

‘tenho medo’

d. [[o=]jo~jo-m]

1=ver~DUR-IPRF

‘está me vendo’

(GOMES, 2016, p. 284, com modificações)

Seguindo a análise do autor, buscamos identificar se os SP nas pesquisas das línguas da família tupí-guaraní guardam isomorfismo com SN e SV, o que poderá contribuir para a discussão a respeito de tais semelhanças representarem, possivelmente, equivalência “funcional entre esses sintagmas, sem perder de vista que cada um desempenha também função específica na língua” (GOMES, 2016, p. 288).

4 Argumentos *vs.* adjuntos: introdução ao tema

Com o intuito de verificar se os critérios usados na classificação dos SP como argumento ou adjunto, nas línguas da família tupí-guaraní, permitem comparações translinguísticas para fins tipológicos, e de embasar teoricamente a pesquisa, empreendemos revisão inicial da literatura especializada sobre o tema, apresentada nesta seção.

4.1 Critérios mais usados para diferenciar argumentos de adjuntos

Na literatura linguística, via de regra, os sintagmas adposicionais são identificados como adjuntos, porém, conforme demonstram Hagège (2010) e Haspelmath e Hartmann (2015), também podem ser argumentos. A título de exemplo, comparemos as expressões preposicionadas em “Ela cortou a carne com a faca” e “Ela quebrou a vidraça com o punho”, adaptadas do texto de Haspelmath e Hartmann (2015, p. 5-6)¹³.

No Português, ambas tendem a ser consideradas adjuntos, pelo fato de acrescentarem uma circunstância ao predicado oracional. Contudo, se nos basearmos no critério que evoca o sentido dos verbos para diferenciar argumentos de adjuntos, concluiremos que a primeira pode ser argumento, uma vez que o verbo “cortar” implica a noção de dividir ou partir algo com um instrumento afiado, cortante. Assim, seguindo esse critério, o instrumento usado (a faca) poderia já estar previsto no significado do verbo. Fato diverso ocorre na segunda frase, pois o sentido de “quebrar” não estipula uma forma específica de tornar algo quebrado, dado que a vidraça pode ser quebrada de várias maneiras, não só com o uso de partes do corpo do agente.

¹³ “*They cut the meat [with the knife]*” e “*He broke the window [with his fist]*” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 5-6). Em tradução livre: “Eles cortam a carne [com a faca]” e “Ele quebrou a janela [com o punho]”, respectivamente.

Ao retomar divergências como essa, entre proposições teóricas e evidências linguísticas, Gomes (2018, p. 2) expõe a complexidade da questão e, no tocante às pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, indaga se, “de fato, não haveria critérios comuns que possibilitariam a identificação desses elementos”.

Os critérios para a distinção entre argumentos e adjuntos variam na literatura. Entre as propostas para identificá-los, a que focaliza noções semânticas, como a exposta acima, tem ampla aceitação nas descrições linguísticas, apesar de não haver “correspondência estreita entre os participantes previstos e o que normalmente são considerados argumentos” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6, tradução nossa¹⁴).

Nesta perspectiva, argumentos seriam os constituintes obrigatórios da oração, pelo fato de serem exigidos por uma carência semântica verbal, e adjuntos seriam constituintes não selecionados semanticamente pelo verbo. Segundo essa definição, no enunciado “A mãe deu uma bicicleta ao filho no Dia das Crianças”, o verbo “dar” exigiria três argumentos (“A mãe”, “uma bicicleta” e “ao filho”), sendo que o último deles é preposicionado, e o constituinte restante, circunstancial, seria um adjunto (“no Dia das Crianças”), embora também seja nucleado por preposição (“em”).

Essa proposta soma-se a outra muito próxima dela, referente à noção de especificidade do verbo, segundo a qual “o raciocínio básico para distinguir argumentos de adjuntos” consiste no fato de que “argumentos são específicos do verbo e, em consequência, devem ser aprendidos junto com cada verbo, enquanto o uso de adjuntos é independente de verbos específicos” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, tradução nossa¹⁵). Uma das

¹⁴ “[...] *close match between entailed participants and what are normally considered arguments* [...]” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6).

¹⁵ “[...] *the basic rationale for distinguishing arguments from adjuncts: Arguments are verb-specific and thus have to be learned together with each verb, whereas the use of adjuncts is independent of particular verbs*” (HASPELMATH, 2014a, p. 5).

situações que ilustram esse critério é a especificidade de codificação, como na comparação entre os verbos “gostar” e “apreciar”, em que o primeiro codifica um de seus argumentos por meio de uma preposição (por exemplo, “Eu gosto [*de* filmes estrangeiros]”), diversamente do segundo, apesar de os sentidos serem bastante próximos (por exemplo, “Eu aprecio [filmes estrangeiros]”). Contudo, tal qual no caso anterior, o próprio autor acaba por descartar esse critério para fins de comparações translinguísticas, uma vez que não é possível aplicá-lo igualmente a todos os argumentos de uma mesma língua, nem a todas as línguas.

Não obstante, existem outras formas de averiguar a diferença entre argumentos e adjuntos, entre as quais, citamos:

- a) a obrigatoriedade sintática de aparecimento de um termo, como a exigência que um verbo faz de um objeto. Em “The dragon devoured the princess”¹⁶, a retirada do constituinte sublinhado tornaria a frase agramatical (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 7, grifo nosso);
- b) a especificidade de ocorrência, segundo a qual um nome, na função de argumento, não ocorre com qualquer verbo. Compare-se “He called his brother” com “She laughed her brother”¹⁷: a mesma estrutura, no segundo exemplo, fica incorreta pela mudança do verbo (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifo nosso);
- c) o chamado *happen test* (também usado para identificar a especificidade de ocorrência), em que a viabilidade de antepor a expressão *and this happened*¹⁸ a um termo o insere entre os adjuntos. O enunciado “She called her brother in the morning” pode ser assim reescrito “She called her brother, and this happened in the

¹⁶ “O dragão devorou a princesa”, em tradução livre.

¹⁷ “Ele chamou seu irmão” e “*Ela riu seu irmão”, respectivamente, em tradução livre.

¹⁸ “e isso aconteceu”, em tradução livre.

morning”¹⁹, indicando que o constituinte sublinhado exerce a função de adjunto (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifo nosso).

Esses critérios, no entanto, não são válidos para todas as situações. Com base na semântica verbal, por exemplo, constituintes locativos podem ser considerados tanto argumentos quanto adjuntos, a depender da situação, como em “Ele foi à praia”, em que a retirada do sintagma preposicionado tornaria a oração incompreensível. O critério da obrigatoriedade não identifica a omissão automática de argumentos, a exemplo de “Você já conversou com eles? Sim, conversei e chegamos a um acordo”. O da especificidade acaba por tratar sujeitos como adjuntos, pois os sujeitos tendem a ocorrer com diversos verbos, porém desconhecemos autores que não os incluam entre os argumentos. O *happen test*, por fim, nas línguas que viabilizam tal retomada anafórica, gera construções pouco elucidativas, como nos pares “She was sitting on the sofa” vs. “?She was sitting, and this happened on the sofa” e “They cut the meat with the knife” vs. “?They cut the meat, and this happened with the knife” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 9)^{20, 21}

No que tange à obrigatoriedade, Creissels (2014) também reconhece a limitação desse parâmetro e sustenta que:

¹⁹ “Ela chamou seu irmão pela manhã” e “Ela chamou seu irmão, e isso aconteceu pela manhã”, respectivamente, em tradução livre.

²⁰ “Ela estava sentada no sofá” vs. “?Ela estava sentada, e isso aconteceu no sofá” e “Eles cortaram a carne com a faca” vs. “?Eles cortaram a carne, e isso aconteceu com a faca”, respectivamente, em tradução livre.

²¹ O *happen test* é similar aos testes de constituinte usados na teoria Gerativa para encontrar constituintes sintáticos por meio da técnica da retomada anafórica: “fazer o mesmo” (para situações mais agentivas) e “acontecer o mesmo” (para situações menos agentivas). Neste sentido, o *happen test* funciona mais para identificar constituintes, ou seja, conjuntos de palavras que se comportam como unidade, do que para distinguir argumentos de adjuntos.

A única diferença geral entre argumentos e adjuntos, em relação a obrigatoriedade *vs.* opcionalidade, é que os adjuntos só podem ser opcionais, e a falta de especificação do significado correspondente é a única interpretação possível da ausência de um dado tipo de adjunto, enquanto, translinguisticamente, argumentos não expressos têm dois tipos possíveis de interpretação: ou codificam a falta de especificação do participante correspondente, ou são identificados a um referente recuperável do contexto ou da situação. (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²²)

Além dessas dificuldades, que interferem no estabelecimento de parâmetros uniformes para comparações translinguísticas, pesquisadores têm usado critérios particulares para identificar argumentos e adjuntos nas línguas estudadas (cf. Haspelmath, 2014a), o que, em tese, eleva a variedade de conceitos na literatura e dificulta pesquisas de natureza tipológica. Em adição aos critérios mencionados anteriormente (semântico, da obrigatoriedade, da especificidade e o *happen test*), outros são usados em línguas específicas, entre os quais, citamos a posição do constituinte na sentença, as estratégias de relativização e a codificação (cf. Haspelmath, 2014a).

Em Alemão, por exemplo, “adjuntos adverbiais como *am Vormittag* ‘pela manhã’ podem ocorrer na posição pós-particípio [...], enquanto os argumentos adverbiais (como *dorthin* ‘lá’ [...]) não podem” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, grifos do autor, tradução nossa²³). Em Sliammon ou Comox

²² “The only general difference between arguments and adjuncts with respect to obligatoriness *vs.* optionality is that adjuncts can only be optional, and lack of specification of the corresponding meaning is the only possible interpretation of the absence of a given type of adjunct, whereas cross-linguistically, unexpressed arguments have two possible types of interpretation: either they encode lack of specification of the corresponding participant, or they are identified to a referent retrievable from the context or the situation [...]” (CREISSELS, 2014, p. 43).

²³ “[...] adverbial adjuncts such as *am Vormittag* ‘in the morning’ may occur in post-participle position [...], while adverbial arguments (such as *dorthin* ‘there’ [...]) may not [...]” (HASPELMATH, 2014a, p. 5).

(língua Salishe), sintagmas oblíquos tidos como argumentos (“objetos oblíquos”, segundo Haspelmath, 2014a, p. 6, tradução nossa²⁴) são relativizados sem marcador específico, ao passo que os tidos como adjuntos são relativizados por meio de nominalizador particular ($\partial x^w=$). Em Saliba (língua falada na Papua Nova Guiné), por fim, adjuntos são marcados por posição, e argumentos não recebem a marca.

Com base nessas evidências, Haspelmath (2014a) afirma que os distintos critérios usados produzem categorias também distintas. Em consequência, defende que só se podem comparar conceitos, não categorias específicas, como argumentos e adjuntos, posicionamento que mantém em outros textos:

O princípio básico é [...] que as línguas podem ser prontamente comparadas apenas em relação a significados e sons/gestos, mas não em relação a suas categorias, porque apenas significados e sons, mas não categorias, são universais. (HASPELMATH, 2014b, p. 495, tradução nossa²⁵)

No entanto, conforme exposto na seção anterior, pretendemos aferir a validade dessa conclusão. Ao investigar como têm sido feitas as distinções entre argumentos e adjuntos nas pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, vamos confrontá-las com abordagens teóricas vigentes, especialmente as de cunho tipológico, para verificar se há ou não critérios comuns que viabilizem a identificação desses elementos.

²⁴ “*oblique objects*” (HASPELMATH, 2014a, p. 6).

²⁵ “*The basic principle is [...] that languages can be readily compared only with respect to meanings and sounds/gestures, but not with respect to their categories, because only meanings and sounds, but not categories, are universal*” (HASPELMATH, 2014b, p. 495).

Nesse percurso, vislumbramos a necessidade de trabalhar com explicações fundamentadas na adaptação funcional (cf. Haspelmath, 2018b), em que as pressões de uso impactam a codificação. Essa proposta encontra respaldo em Furtado da Cunha e Costa (2003, p. 68), ao sustentarem que “a estrutura argumental tem a ver com frequência no uso linguístico real. O modo como os verbos se combinam com nomes não é uma propriedade estável [...], mas um fato altamente variável”. Neste sentido, para o estabelecimento de padrões tipológicos, ainda que parciais, além de observar os aspectos morfológicos e sintáticos mais comuns, é preciso recorrer aos usos contextuais nas línguas, identificando a frequência de cada termo e comparando-a com sua codificação.

Para confirmar ou negar tais hipóteses, contudo, estamos empreendendo levantamento sobre as características formais dos elementos posposicionais nas línguas da família tupí-guaraní. A partir disso, buscamos averiguar as variações possíveis e, deste modo, verificar a possibilidade de estabelecer ou não um parâmetro tipológico para argumentos e adjuntos. Reconhecemos que o foco no uso exigirá pesquisas mais extensas, capazes de fornecer tais informações. Caso não encontremos obras com essa dimensão, serão necessárias pesquisas futuras sobre as línguas, o que, momentaneamente, foge ao escopo deste trabalho.

Por ora, mantemos o posicionamento de que “uma perspectiva universalista das línguas humanas não é incompatível com a atenção particularista aos detalhes das línguas individuais” (HASPELMATH, 2014b, p. 504, tradução nossa²⁶).

²⁶ “[...] a universalist perspective on human languages is not incompatible with a particularist attention to the details of individual languages” (HASPELMATH, 2014b, p. 504).

4.2 Por uma abordagem gradual (prototípica) para classificar argumentos e adjuntos

Creissels (2014) inicia a discussão com a noção geral de que argumentos são exigências semânticas feitas pelo verbo. Contudo, em seguida, o autor refuta o recurso a aspectos unicamente semânticos, limitado à dicotomia entre participantes essenciais *vs.* não essenciais, como critério para a distinção translinguística entre argumentos e adjuntos. E acrescenta que, “no nível sintático, as línguas diferem significativamente na maneira como regulam a obrigatoriedade *vs.* a opcionalidade de sintagmas nominais” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁷). Assim, Creissels (2014) acaba por evocar a natureza do lexema verbal como determinante na identificação de um participante em um dado evento. Todavia, ele destaca também a necessidade de averiguar como essa questão léxico-semântica se reflete na sintaxe.

Nesse ponto, Creissels (2014) reforça o posicionamento de Haspelmath e Hartmann (2015) exemplificado na subseção anterior — de que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado, e certos argumentos não são previstos pelo significado do verbo — e afirma que “alguns verbos não permitem a expressão de um participante obrigatório” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁸). Considerando, então, que a obrigatoriedade semântica não se reflete sintaticamente, o autor volta-se a uma classificação dos participantes (semânticos) na forma de escala, não na forma de categoria discreta:

²⁷ “*At the syntactic level, languages differ greatly in the way they regulate the obligatoriness vs. optionality of noun phrases*” (CREISSELS, 2014, p. 43).

²⁸ “[...] *some verbs do not allow the expression of an obligatory participant*” (CREISSELS, 2014, p. 43).

As observações sustentam a posição segundo a qual um argumento semântico [*semantic argumenthood*], como conceito comparativo, deve ser diferenciado de seus possíveis correlatos sintáticos, e deve ser definido como um conceito escalar, e não categórico, refletindo a interação entre os vários fatores que podem contribuir para definir o grau de envolvimento de participantes em um evento.²⁹ (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa³⁰)

Sobretudo a partir da análise do papel de beneficiário, cuja função adjuntiva não se confirma translinguisticamente em diversas situações, Creissels (2014) propõe que a distinção entre argumento e adjunto deva ser pensada em termos de protótipo:

O papel do beneficiário fornece uma ilustração particularmente boa da medida em que o comportamento dos SN cumprindo um determinado papel semântico pode variar translinguisticamente em comparação ao comportamento de argumentos típicos ou adjuntos típicos, fornecendo assim suporte claro à abordagem de protótipo em relação ao argumento [*argumenthood*]. (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa³¹)

²⁹ Creissels (2014, p. 42, tradução nossa) define “argumento semântico” do seguinte modo: “Argumento semântico pode, portanto, ser definido em termos do grau de envolvimento dos participantes no evento” (“*Semantic argumenthood can therefore be defined in terms of degree of involvement of participants in the event*”).

³⁰ “*The observations support the position according to which semantic argumenthood as a comparative concept must be distinguished from its possible syntactic correlates, and must be defined as a scalar rather than categorical concept reflecting the interaction between the various factors that may contribute to defining the degree of involvement of participants in an event*” (CREISSELS, 2014, p. 41).

³¹ “*The role of beneficiary provides a particularly good illustration of the extent to which the behavior of NPs fulfilling a given semantic role may vary cross-linguistically in comparison with the behavior of typical arguments or typical adjuncts, providing thus clear support to the prototype approach to argumenthood*” (CREISSELS, 2014, p. 41).

Em seguida, afirma que a concepção escalar elimina uma divisão categórica entre adjuntos e argumentos oblíquos:

[...] não se deve esperar que exista distinção clara entre adjuntos verdadeiros e argumentos oblíquos (sintagmas nominais relativamente altos na escala de argumento [*argumenthood*], mas codificados como adjuntos típicos) se a distinção entre argumentos e adjuntos em si for concebida como escalar:

	argumentos	-----	adjuntos
termos sintáticos nucleares	oblíquos		

(CREISSELS, 2014, p. 44, tradução nossa)³²

Com base no gráfico, subentende-se que, em oposição a abordagens estritamente formais, participantes com codificação periférica não atuam necessariamente como adjuntos e podem ter função de argumento. Os adjuntos seriam, assim, uma categoria menor que a dos oblíquos, a qual se estende até os argumentos.

Em abordagem similar, Zariquiey (2017) recorre à noção de *continuum*³³ para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos, aplicado a uma língua específica. Em sua análise, observa três tipos de argumento não sujeito na

³² “no clear-cut distinction must be expected to exist between true adjuncts and oblique arguments (noun phrases relatively high on the scale of argumenthood but encoded like typical adjuncts) if the distinction between arguments and adjuncts itself is conceived as scalar:

	arguments	-----	adjuncts
core syntactic terms	obliques”		

(CREISSELS, 2014, p. 44)

³³ A possível distinção entre escala e *continuum* não será aqui abordada. Em princípio, os autores citados parecem utilizar os termos a fim de mostrar que a distinção entre argumento e adjunto não é categórica, mas prototípica/gradual.

língua peruana Kakataibo — i) objetos de predicados transitivos (sem marcação explícita de caso); ii) “quase objetos” (sem marcação explícita de caso, ocorrendo com predicado intransitivo), na terminologia proposta pelo autor; e iii) objetos oblíquos (com marcador locativo indireto, ou seja, com marca de caso oblíquo, ocorrendo com predicado intransitivo) — e compara-os com os adjuntos, que são sempre marcados por caso oblíquo ou posposição e não podem ter reflexividade nem reciprocidade. Com base nisso, propõe que “a existência de três diferentes argumentos não sujeito em Kakataibo produz um efeito de *continuum* na distinção entre objetos e adjuntos, e isso revela que os objetos [*objecthood*] na língua precisam ser entendidos como uma categoria gradiente e variável” (ZARIQUIEY, 2017, p. 719, tradução nossa³⁴). Portanto, encontram-se aí tanto uma distinção gradual entre argumento (no caso, objeto) e adjunto, quanto uma distinção gradual entre tipos de objeto.

Além do mais, Zariquiey (2017) afirma que “objetos, como qualquer outra relação gramatical, podem ser definidos em termos de suas propriedades morfossintáticas, as quais podem variar translinguisticamente e são altamente dependentes do perfil tipológico da língua” (ZARIQUIEY, 2017, p. 722, tradução nossa³⁵). Em outras palavras, pode-se subentender que é possível fazer a distinção entre argumentos e adjuntos em base tipológica, o que permitiria comparações translinguísticas, ainda que haja variações nas propriedades morfossintáticas.

Retomando a exposição sobre as adposições, Hagège (2010) também defende análise baseada em *continuum*, porém não no nível semântico, mas no morfossintático, conforme exposto em:

³⁴ “[...] *the existence of three different non-subject arguments in Kakataibo produces a continuum-like effect in the distinction between objects and adjuncts, and it reveals that objecthood in the language needs to be understood as a gradient and variable category*” (ZARIQUIEY, 2017, p. 719).

³⁵ “[...] *objects, as with any other grammatical relation, can be defined in terms of their morphosyntactic properties, which can vary cross-linguistically and are highly dependent on the typological profile of the language*” (ZARIQUIEY, 2017, p. 722).

Nós podemos, portanto, propor, à luz dessa importante contribuição das Adps [adposições] para a marcação de funções, que existe um *continuum* ao longo do qual vários fenômenos podem ser alocados, e no qual complementos centrais e adverbiais aparecem como dois polos, em vez de membros de uma oposição estrita. (HAGÈGE, 2010, p. 200, tradução nossa³⁶)

Portanto, à semelhança de Haspelmath (2014a), Creissels (2014) questiona a capacidade de aplicação dos critérios atuais para diferenciar, translinguisticamente, argumentos de adjuntos e reconhece a necessidade de aplicar um tratamento prototípico (ou gradual) à distinção, sem apresentar rejeição a uma análise translinguística nesta perspectiva. Zariquiey (2017), por sua vez, também defende análise baseada em abordagem gradual/prototípica e deixa subentendida a possibilidade de estabelecer comparações translinguísticas de natureza morfossintática, aproximando-se, neste ponto, de Hagège (2010).

A seguir, apresentamos os primeiros resultados concretos da pesquisa sobre argumentos e adjuntos em línguas da família tupí-guaraní, a partir da análise do tratamento dispensado aos SP no Kamaiurá.

5 Kamaiurá: primeiros passos

Conforme mencionado na introdução, a pesquisa teve início com o Kamaiurá, língua falada no Alto Xingu (MT) e pertencente ao ramo VII da família tupí-guaraní, de acordo com a classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002). Seguem alguns resultados preliminares, com base na obra de Seki (2000).

³⁶ “We can therefore propose, in the light of this important contribution of Adps to function-marking, that there is a continuum along which various phenomena can be located, and that core and adverbial complements appear as two poles, rather than as members of a strict opposition” (HAGÈGE, 2010, p. 200).

5.1 Sintagmas posposicionais: classificação e estrutura interna

Os SP, chamados pela autora de “locuções posposicionais” (LP), funcionariam “como adjunto da sentença, como complemento de cópula e como predicado de orações não-verbais” (SEKI, 2000, p. 149). Apresentamos exemplos das três funções de um SP a seguir:

(3) (443) kunu’um-a o-jae’o [[motaw-a] r-ehe]
menino-N 3-chorar comida-N Rel-Causa
‘o menino está chorando por causa de comida’

(4) (444) [[motaw-a] r-ehe] i-ko-w
comida-N Rel-Causa 3-Cóp-Circ
‘ele está por [em busca de] comida’

(5) (445) mojũ-a kwar-a [[y-a] pupe]
sucuri-N toca-N água-N dentro
‘a toca da sucuri é/fica dentro d’água’

(SEKI, 2000, p. 149; os colchetes da glosa são nossos, os da tradução, da autora)

Em 3, o sintagma nucleado pela posposição *-ehe* (“*motaw-a r-ehe*”), localizado na margem direita da estrutura, funciona como adjunto da oração. Em 4, o mesmo sintagma, agora colocado na margem esquerda, em posição de tópico, exerce a função de “complemento de cópula”, o que podemos interpretar como argumento do sintagma verbal *i-ko-w*³⁷. Em 5, o sintagma

³⁷ As orações com cópula “distinguem-se pela presença do elemento verbal tipo cópula *-ko* ~ *-eko* ‘ser, estar, ficar’, um argumento nuclear Sa [sujeito de verbo intransitivo ativo] e um complemento, expresso por LN [sintagma nominal]. São usadas para expressar identidade, função, papel” (SEKI, 2000, p. 158, grifos da autora).

nucleado pela posposição locativa *-pupe* (“y-a pupe”) exerce a função de predicado de oração não verbal³⁸, nas palavras da autora, ou, de acordo com a proposta de Praça, Magalhães e Cruz (2017), também aventada por Seki (2000)³⁹, atua como predicado adverbial, cujo argumento externo é o SN *mojũ-a kwar-a* ‘toca da sucuri’, e o argumento interno é *ya* ‘água’.

Seki (2000, p. 163) volta a falar de “adverbial em função de predicado” e repete o exemplo 5 (originalmente 445) que acabamos de citar, renumerado como (516) (aqui o renumeramos como 6), porém com o acréscimo de prefixo zero na posposição, o qual é glosado como relacional. A posposição, por sua vez, é glosada como “Ines”, que não consta das abreviaturas da obra, mas provavelmente remete a “inessivo”. A autora define “orações locativas e existenciais” da seguinte forma:

Consistem de um nominal em função de So [sujeito de verbo (intransitivo) descritivo], marcado no caso nuclear, e de um adverbial em função de predicado. O adverbial pode ser um advérbio, uma locução posposicional ou um nominal marcado no [caso] locativo: [...]

(6) (516) *mojũ-a kwar-a [[y-a] Ø-pupe]*
sucuri-N toca-N água-N Rel-Ines
‘a toca da sucuri é/fica dentro d’água’

(SEKI, 2000, p. 163, colchetes nossos)

³⁸ Sobre as estruturas com predicado não verbal, Seki (2000, p. 160) afirma que “são orações com predicado não-verbal e um argumento nuclear em função de So [sujeito de (verbo) descritivo], usadas para exprimir relações de posse, identidade, locação/existência”.

³⁹ A respeito de predicados adverbiais, Seki (2000, p. 189, grifo da autora) informa: “Orações com verbo nominalizado pelo sufixo {-**tap**} ‘nome de ação, estado’ são usadas para expressar finalidade também em construções sem verbo principal, nas quais aparecem como predicado adverbial”.

Outro exemplo de complemento de cópula, agora com verbo flexionado na segunda pessoa, pode ser visto a seguir. O sintagma posposicional *ko katy*, em posição de tópico, exerce tal função, que pode ser interpretada como argumento do SV *ere-ko*:

- (7) (1220) [[ko] katy] rak ere-ko
roça Dir At 2sg-Cóp
'você estava na roça'

(SEKI, 2000, p. 327, colchetes nossos)

Para fundamentar a primeira análise, de que SP funcionariam como adjunto da sentença, Seki (2000) recorre a critérios adicionais, como ordem, marca gramatical, classificação morfológica e relação sintática. Assim, os SP tendem: a ocorrer em posição periférica (tipicamente, pós-verbal); a ser nominalizados com o morfema *wat* 'nominalizador de circunstância'⁴⁰, o qual é exclusivo de advérbios e posposições; a alterar as formas verbais ativas para o chamado modo circunstancial, tal como fazem os adverbiais, quando topicalizados no início da sentença.

O registro de que os SP podem ser nominalizados pelo acréscimo do morfema *wat* 'nominalizador de circunstância' parece-nos relevante, pois a viabilidade de nominalizar um termo pressupõe que ele não era argumento primariamente, mas pode passar a sê-lo depois de receber o morfema:

Como outros adverbiais, a LP [SP] tem as propriedades de condicionar a ocorrência do verbo no modo circunstancial e de ser nominalizada com **wat**: [...]

⁴⁰ Há um número considerável de nominalizadores no Kamaiurá. Para mais detalhes, conferir Seki (2000), nas seções 3.2.2, 4.2.1, 4.2.2 e na página 373.

(8) (447) pe-a kyaw-a wite wat
aquele-N rede-N Comp NMLZ⁴¹
'uma que é igual à rede daquele'

(SEKI, 2000, p. 149-150, grifo da autora)

Ao afirmar que *wat* “ocorre somente com adverbiais”, Seki (2000, p. 122) retoma as propriedades compartilhadas entre SP e advérbios. Tendo em vista que advérbios atuam como adjuntos, é possível correlacionar tais propriedades com um *status* mais adjunto das posposições⁴². Além disso, a propriedade de atuar como predicado é comum a ambos, conforme análise da autora: “elementos de certas subclasses de advérbios (locativos e temporais) ocorrem também como predicado em orações não-verbais” (SEKI, 2000, p.77).

Esse nominalizador ocorre também com numerais, que são considerados um tipo de advérbio:

As palavras para números cardinais, ordinais e distributivos são incluídas entre os advérbios por apresentarem propriedades dessa classe: recebem o nominalizador **wat** “nominalizador de circunstância”, acarretam a ocorrência do verbo no modo circunstancial e funcionam sintaticamente como adjunto. (SEKI, 2000, p. 78, grifo da autora)

Ao tratar advérbios e numerais como adjuntos, a autora reforça, novamente, o *status* de adjunto das posposições, as quais compartilham várias propriedades formais com eles. O mesmo reforço pode ser inferido do

⁴¹ Por sugestão de um dos avaliadores, substituímos a glosa original de Seki (2000) referente a “nominalizador”, que era “Nom”, por “NMLZ”.

⁴² Em face dessas propriedades compartilhadas, pode-se indagar se a classe das posposições seria um rótulo sintático ou apenas semântico, já que parece classificar-se como um de tipo adverbial.

caso locativo, tendo em vista que os nominais marcados por ele “adquirem as propriedades características de advérbios” (SEKI, 2000, p. 148).

Considerando as propriedades compartilhadas entre SP e advérbios e o fato de que advérbios atuam como adjuntos da oração, pode-se afirmar que, em termos prototípicos, os SP do Kamaiurá funcionam como adjuntos. Com relação a estes, Seki (2000, p. 157, grifo nosso) esclarece que: “Os adjuntos ocorrem como adverbiais — advérbios, nominais em caso oblíquo e **locuções posposicionais**, e geralmente ocupam posições periféricas em relação aos constituintes nucleares da oração”.

Se cotejarmos os critérios exibidos na seção sobre a discussão teórica com os aplicados por Seki (2000), a fim de identificar argumentos e adjuntos, notaremos coincidência explícita entre dois deles: estratégias de codificação e posição do constituinte na sentença. Além destes, com base nos exemplos apresentados pela autora, podemos inferir mais três similaridades: 1) os adjuntos acrescentam circunstância ao predicado oracional; 2) não são exigidos por carência semântica verbal; 3) nem por obrigatoriedade sintática⁴³.

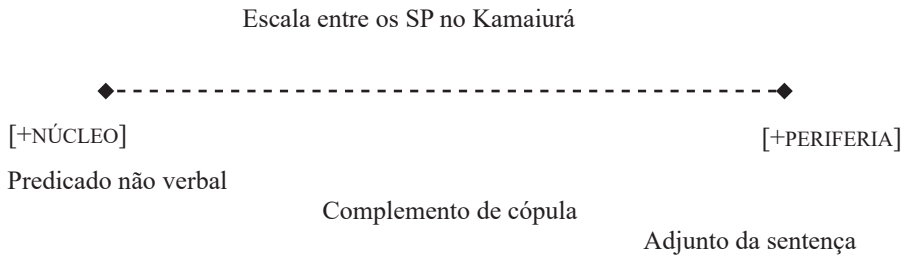
Em consequência, foram utilizados por Seki (2000) os critérios referentes à especificidade de codificação, à ordem dos constituintes, à semântica e à sintaxe. Embora a especificidade de ocorrência (um nome na função de argumento não ocorreria com qualquer verbo), o *happen test* e as estratégias de relativização não tenham sido aplicados, a autora recorreu a critérios não listados na seção teórica, a saber: efeitos da topicalização e semelhanças entre propriedades de diferentes classes gramaticais.

Com relação às funções não prototípicas dos SP, estes funcionariam como argumento — que a autora chama de “complemento de cópula”

⁴³ Neste momento da pesquisa, ainda não realizamos comparações entre as línguas. No entanto, esclarecemos que, em algumas línguas da família tupí-guaraní, como o *Ápyãwa* (Tapirapé), verbos podem exigir SP. Segundo Praça (2007, p. 105), os chamados “verbos de cognição e percepção” (*ma* ‘olhar’, *ew* ‘gostar’ e *eã* ‘lembrar’) exigem tais sintagmas.

— e como predicado, conforme exposto nos dados reproduzidos anteriormente (4, 5 e 7).

Assim, retomando a subseção anterior, a proposta de escala para classificar argumentos e adjuntos poderia ser organizada com os traços [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra, a fim de incluir todas as funções exercidas pelos SP na análise de Seki (2000). A inserção dos constituintes posicionados ao longo da escala ampara-se nos critérios aplicados pela autora:



Fonte: elaborado pelos autores.

As posposições do Kamaiurá, além disso, ocorrem com complemento obrigatório — representado por nomes com o sufixo *-a* “caso nuclear”⁴⁴ —, flexionam-se com prefixos relacionais e, tal quais os advérbios, são capazes de condicionar a forma verbal para o chamado modo circunstancial ou indicativo II quando deslocadas para o início da sentença⁴⁵. O acionamento do modo circunstancial pode ser visto no exemplo 4 supracitado e no 9, a seguir:

⁴⁴ A denominação e real função do morfema {-a} suscita debates na literatura. Rodrigues (1996) chama-o de “caso argumentativo”; Seki (2000), de “caso nuclear”; Queixalós (2006), de “morfema referenciante”. Ainda há autores que o interpretam como nominalizador. Pelo escopo deste trabalho, o assunto não será desenvolvido aqui, mas uma introdução ao tema pode ser consultada em Queixalós (2006) ou em Praça, Magalhães e Cruz (2017).

⁴⁵ Sobre esse tema, conferir Praça, Magalhães e Cruz (2017).

- (9) (79) o-y-a nite i-jo-w
3-mãe-N Com 3-ir-Circ
'ele vai com a mãe dele'

(SEKI, 2000, p. 74, grifo nosso)

A estrutura interna do SP é assim representada por Seki (2000, p. 149):

A locução posposicional (LP) [sintagma posposicional] tem a estrutura geral representada em (439), similar à da locução genitiva:

$$(439) LP \rightarrow \left\{ \left\{ \begin{array}{l} \text{LN-a} \\ \text{Pro} \end{array} \right\} \right\} \text{Rel- Posp}$$

Partindo do esquema acima, notamos que sintagmas nominais (“LN-a”) ocorrem em distribuição complementar com elementos pronominais (“Pro”). Tal constatação pode ser confirmada nos seguintes dados:

- (10) (440) [[**akwama'e-mer-a**] r-ehe]
homem-Col-N Rel-Causa
'por causa dos homens'

- (11) (441) [[**ne=**]r-ehe]
2sg=Rel-Causa
'por tua causa'

- (12) (442) [[**h-**]ehe]
3-Causa
'por causa dele'

(SEKI, 2000, p. 149, grifos e colchetes nossos)

Em 10, o SN *akwama'e-mer-a* atua como objeto da posposição *-ehe*. Já em 11 e 12, são os elementos pronominais *ne=* e *h-* que exercem essa função argumental, de acordo com a autora.⁴⁶

Ainda em relação aos complementos que as posposições admitem, Seki (2000) afirma que todos os tipos de SN podem exercer função de objeto de posposição, a saber: a) nomes não possuídos; b) demonstrativos; c) forma dêitica *a'e* marcada com sufixo casual⁴⁷; d) interrogativo *arwa* 'quem'; e) verbos nominalizados; f) orações adverbiais nominalizadas; g) palavra *amo* 'outro'; h) pronomes pessoais clíticos; e, embora não sejam SN, i) prefixos relacionais *i-* (terceira pessoa específica e não reflexiva) e {o-} (terceira pessoa reflexiva)⁴⁸. Ressaltamos que os pronomes livres não atuam como objeto de posposição.

5.2 Isomorfismo e valência das posposições

Verificamos correlações formais entre posposições, nomes possuíveis e (verbos) descritivos. Seki (2000, p. 71, grifos da autora) atesta que “as posposições são flexionadas com os prefixos relacionais e ocorrem com marcadores de pessoa (clíticos) basicamente da mesma maneira que os nomes possuíveis e os [verbos] descritivos”. De modo análogo aos nomes

⁴⁶ Quanto à classificação dos prefixos relacionais, as glosas usadas por Seki (2000) revelam a ambiguidade funcional do morfema. Além do valor relacional, vemos também o reconhecimento do valor de pronome pessoal.

⁴⁷ Segundo Seki (2000, p. 64, grifos da autora), “*a'e* ‘aquele de que se fala’ — distante do falante e do ouvinte, visível ou não [...]. As formas *a'e* e *pe* são amplamente usadas como pronomes de terceira pessoa”.

⁴⁸ Ao citar o exemplo 442, aqui renumerado para 12, em meio aos “tipos de LN” que “podem ocorrer como objeto de posposição”, Seki (2000, p. 149) deixa implícito que trata o prefixo relacional {i-} como complemento ou objeto de posposição. Ressaltamos que esse exemplo é igual ao 65 (na numeração da autora), usado pela autora para explicar que “as posposições também se subdividem conforme a possibilidade de ocorrência com os alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’” (SEKI, 2000, p. 72).

e aos verbos, as posposições se subdividem “em duas classes conforme sua ocorrência com um dos alomorfes do relacional {**r-**}” e, mais uma vez se equiparando aos nomes, “se subdividem conforme a possibilidade de ocorrência com os alomorfes do prefixo relacional {**i-**} ‘terceira pessoa não reflexiva’”, o que se observa nos seguintes dados:

(13) (65) **h**-ehe
3-Causa ‘por causa dele’

(14) (66) **i**-nite
3-Com ‘com ele’

(15) (67) **t**-enone
3-antes ‘antes dele’

(SEKI, 2000, p. 71-72, grifo nosso)

A fim de comparação, apresentamos exemplos com nomes (16 a 18) e verbo descritivo (19):

(16) (5) a) i-pyr-a amoete
 3-casa-N longe
 ‘a casa dele é longe’
 b) je =Ø-pyt
 1sg=Rel-casa
 ‘minha casa’

(17) (6) a) t-a'y-r-a nite e-kwa
 3-filho-N com 2s-ir/Imper
 'vá com o filho dele'

b) je=r-a'y-t
 1sg=Rel-filho 'meu filho'

(18) (7) a) h-etymakan-a w-eŷj
 3-perna-N 3-coçar
 'ele está coçando a perna dele (outro)'

b) je=r-etymakan
 1sg=Rel-perna
 'minha perna'

(19) (40) i-'ajur-a i-huku
 3-pescoço 3-comprido
 'o pescoço dele é comprido'

(SEKI, 2000, p. 57 e 67)

Somadas aos dados, essas citações demonstram certo isomorfismo entre posposições, nomes e verbos, seguindo a noção de identidade funcional exposta em Payne (1997). O isomorfismo mostra-se relevante na compreensão dessas categorias em línguas indígenas amazônicas (cf. Gomes, 2016; Queixalós e Gomes, 2016), levando-nos a questionar qual semelhança funcional entre as três classes de palavras estaria acarretando um tratamento formal próximo ou igual entre elas. Nesse ponto, retomamos as hipóteses de Gomes (2016, p. 288) e ponderamos se:

Essa semelhança poderia se relacionar com a função de instituir predicado que é comum aos três sintagmas examinados aqui [nominais, posicionais e verbais em Mundurukú]. Essa hipótese explicativa ganharia força se assumirmos, de fato, que nomes, posposições e verbos têm valência, sendo argumentos os nomes e os pronomes que ocorrem nos sintagmas instanciados por essas três classes. Assim, teríamos dois novos temas a pesquisar a partir deste artigo: a função predicativa de nomes, verbos e posposições, e a sua valência sintática.

No momento, podemos entender o isomorfismo como reflexo de duas tendências possíveis: a) percurso diacrônico: considerando que as adposições geralmente derivam de nomes ou verbos⁴⁹, elas teriam herdado propriedades formais destes; b) função: como a predicação ocorre com as três classes, isso reforça o fato de terem formas tão semelhantes. Além disso, outra explicação possível, alinhada com teorias atuais sobre línguas da família tupí-guaraní, ampara-se na proposta da omnipredicatividade, segundo a qual algumas classes gramaticais seriam inerentemente predicados nessas línguas. Essa teoria será considerada no decorrer da pesquisa⁵⁰.

Em relação à valência das posposições, isto é, ao fato de exigirem ou não argumentos, podemos concluir que, no Kamaiurá, as posposições

⁴⁹ “Pode-se observar que línguas distintas tendem a mudar, independentemente, de maneiras semelhantes. Por exemplo, certos tipos de itens lexicais — especialmente verbos ou itens locativos — geralmente mudam para se tornar preposições ou posposições (que podem ser coletivamente chamadas de ADPOSIÇÕES). As adposições podem então ser atraídas por substantivos para se tornar AFIÇOS.” (“*It can be observed that diverse languages tend to change independently in similar sorts of ways. For instance, certain types of lexical items—especially verbs or locational items—often change to become prepositions or postpositions (which can be collectively referred to as ADPOSITIONS). Adpositions can then become attracted to nouns to become AFFIXES*” (CROWLEY; BOWERN, 2010, p. 219, grifos dos autores, tradução nossa)).

⁵⁰ Agradecemos a Walkíria N. Praça pela proposta analítica.

tendem a ser monovalentes, pelo fato de ocorrerem com complemento obrigatório, consoante informado por Seki (2000, p. 149, grifo da autora):

A LP [sintagma posposicional] tem como núcleo um elemento da classe “posposição” [...]. A posposição vem sempre precedida de seu objeto, expresso pelos mesmos recursos que assinalam o possuidor na locução genitiva: LN não pronominal marcada com o sufixo {-a} “nuclear”, pronome clítico e prefixo relacional.

No entanto, quando são usadas como núcleo de predicado não verbal, ao nosso ver, as posposições seriam bivalentes, pelo fato de exigirem dois argumentos, um SN interno (complemento) e um externo, conforme explicitado na análise de constituintes que propomos no exemplo 20 a seguir:

- (20) (445) [mojũ-a kwar-a] [[y-a] pupe]
sucuri-N toca-N água-N dentro
'a toca da sucuri é/fica dentro d'água'

(SEKI, 2000, p. 149, colchetes nossos)

Assim, a posposição *pupe* ‘dentro’ teria o argumento interno *ya* ‘água’ e o argumento externo *mojũ-a kwar-a* ‘toca da sucuri’. A interpretação de que, em dados como 20, existem dois argumentos encontra respaldo em argumentação similar desenvolvida por Praça, Magalhães e Cruz (2017), relativa a outras línguas da família tupí-guaraní (Ãpyãwa, Guajá, Nheengatú e Tupinambá). Optamos por apenas introduzir esse tema aqui, deixando o seu desenvolvimento para outros trabalhos.

5.3 Usos das posposições

Em relação aos objetivos específicos de nossa pesquisa maior, listados na segunda seção, “Apresentação da pesquisa em curso”, e concebidos para auxiliar na identificação dos elementos nucleares e periféricos das línguas, identificamos, em consonância com o previsto na tipologia de Pantcheva (2010), que o Kamaiurá tem posposições distintas para expressar **lugar** – como *pupe* ou *pype* (‘em’, ‘dentro’), *ehe* (‘sobre’, ‘em’), *rupi* (‘por’, ‘ao longo de’), *owake* (‘diante de’) – e “várias outras posposições locativas derivadas de radicais de natureza nominal pelo acréscimo de sufixos locativos” (SEKI, 2000, p. 76). Para exprimir o papel semântico de **fonte**, os falantes do Kamaiurá usam uma posposição específica, similar à usada em Mundurukú, *wi* (‘de’)⁵¹, que também é empregada para expressar finalidade. O papel semântico de **meta**, por sua vez, é expresso com a posposição *katy* (alativo, direcional).

Na abordagem inicial sobre o Kamaiurá, não podemos afirmar categoricamente que existam posposições multifuncionais com escopo pragmático, o que ainda está sendo investigado. Por ora, podemos apenas supor que a posposição *ehe* ‘causa, assunto, locativo, em busca de’ tenha se gramaticalizado em uma partícula de segunda posição *ehe* ~ *he* ‘constatativo visual’, que tem natureza pragmática e:

Indica que o falante se baseia em evidência visualmente percebida. O enunciado em (207) ocorre no texto no momento em que o pescador retira a rede da água e vê o seu conteúdo:

⁵¹ Nesta língua, consoante descrito por Gomes (2006), há posposições diferentes para locativo, meta e fonte: *be* ‘locativo pontual’, *kay* ‘meta’ e *wi* ‘fonte’.

- (207) jakui-a te=he='aŋ a-mo'a =pa
 tipo de flauta-N F=Vis=Próx 1sg-apanhar=MS
 'é flauta jacuí que eu apanhei!'

(SEKI, 2000, p. 97, grifo nosso)

As chamadas partículas de segunda posição atuam como “[...] marcadores de atenuação, modalidade, foco, ênfase, evidencialidade, atestação e dêixis” (SEKI, 2000, p. 91).

5.4 Situações controversas de adjunção

Retomando nossa preocupação com o impacto da variação terminológica nas pesquisas, exposta na introdução deste capítulo, notamos que, a despeito da terminologia “objeto”, a autora usa o termo “objeto indireto” como rótulo semântico e trata esse constituinte posposicional sintaticamente como adjunto, conforme se lê em:

[...] a oração simples pode conter outros constituintes que exprimem distintos papéis semânticos — objeto indireto, causa, locação etc., e que são tratados como adjuntos, dada a ausência de marcas gramaticais que permitam estabelecer uma distinção formal entre eles. (SEKI, 2000, p. 157)

Novamente, a despeito de receber o rótulo de “agente de verbo transitivo”, há outro sintagma posposicional que também é tratado como adjunto. Fruto de enunciados elicitados, esse “agente de verbo transitivo” ocorre em construções consideradas como um tipo de “passiva”, uma vez que “[...]”

funcionalmente equivale à passiva do Português” (SEKI, 2000, p. 285). No próximo exemplo, o constituinte *towajara upe* exemplifica tal função:

- (21) (1074) [[pe akwama'e-a] juka-pyr-am] [[t-owajar-a] upe]
Dist homem-N matar-NMLZ-Atr 3/Indef-inimigo-N Dat
'aquele homem foi morto pelo inimigo'⁵²
[o assassinato do homem pelo inimigo]

(SEKI, 2000, p. 286, colchetes nossos)

Essa seria uma das três construções “passivas” do Kamaiurá segundo a autora (cf. Seki, 2000, seção 11.3), a qual envolve o uso do nominalizador de verbos transitivos {-**ipy**t} ‘paciente’. De acordo com Seki (2000, p. 286, grifos da autora), “em (1074) [21], **akwama'e** aparece como sujeito, **towajat** como objeto oblíquo [ou argumento interno da posposição], marcado pela posposição **upe** ‘dativo’, o verbo vem nominalizado com o sufixo {-**ipy**t} e marcado no caso ‘atributivo’”. Como se vê, Seki trata o sintagma posposicional agente como um “objeto oblíquo”, que é um tipo de adjunto no Kamaiurá, e afirma que, “em construções com o nominalizador {-**ipy**t}, o mais comum é que o agente não seja expresso” (SEKI, 2000, p. 286, grifos da autora). Em outras palavras, nessa estrutura do Kamaiurá, o chamado “agente de verbo transitivo” é dispensável, porém, se for usado, deverá ser posposicionado.

Embora Seki (2000) classifique como construção “passiva”, há dúvidas de que se poderiam classificar assim construções como 21. Não vamos

⁵² Esta tradução deveria estar no tempo futuro, tendo em vista que “na ausência do sufixo {-**het**} ‘passado nominal’, o sufixo atributivo remete ao futuro” (SEKI, 2000, p. 286). Na p. 122, há exemplo com a tradução correta:

- (315) i-juka-pyr-am
3-matar-Nom-Atr
'o que será morto' (SEKI, 2000, p. 122)

tratar disso aqui nem das demais formas de passiva aventadas pela autora, pois foge ao nosso objetivo imediato, mas registramos esse tipo de passiva para destacar dele o participante agente que ocorre em um SP, o qual é semanticamente necessário, mas sintaticamente dispensável. Essa é uma das controvérsias que nos interessa pesquisar e que deverá ser aprofundada na sequência de nossas pesquisas sobre línguas tupí-guaraní.

6 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos mostrar que o estudo de SP nas línguas da família tupí-guaraní oferece oportunidade para compreendermos a distinção entre argumentos e adjuntos em termos tipológicos. O tema insere-se em perspectiva ampla, voltada à classificação das línguas e à apuração de padrões entre elas, a fim de contribuir para o entendimento das línguas indígenas brasileiras, especificamente, e para a compreensão da linguagem humana, em última instância. Estamos buscando, neste sentido, padrões viáveis para comparar argumentos e adjuntos em perspectiva tipológica.

O foco nos SP deriva dos escassos estudos realizados sobre o assunto, em comparação a outros assuntos linguísticos, e da diversidade conceitual verificada sobre o tema, cuja compreensão representa desafio à descrição e teorização linguística. Assim, o questionamento inicial permanece em aberto: qual relação sintática estabelecem os SP com o restante da oração? Os critérios empregados para responder a ele não são conclusivos, razão pela qual alguns autores defendem que não é possível fornecer solução aplicável translinguisticamente e definitiva à questão.

Em relação à distinção de argumentos e adjuntos, trabalhamos com uma hipótese de diferenciação amparada no conceito de protótipo linguístico, isto é, de que alguns membros de uma categoria exibem o maior número de propriedades que caracterizam a classe a que pertencem. Isso nos leva

à proposta inicial de escala (ainda a ser aprimorada ao longo da pesquisa), em oposição à de categorias discretas, organizada com traços [+ARGUMENTO] em uma extremidade e [-ARGUMENTO] em outra, ou [+NÚCLEO] de um lado e [+PERIFERIA] de outro. A inserção dos constituintes posicionados ao longo da escala ampara-se nos vários critérios aplicados à identificação de argumentos ou adjuntos, na presença de marcações diferenciais, na acessibilidade dos termos, na indexação, nas propriedades de codificação controladas por tempo, aspecto e modo (ou “*TAM-governed coding properties*”⁵³, nas palavras de Creissels, 2014, p. 44), entre outros (cf. Creissels, 2014).

Incluimos as línguas indígenas nesse debate porque suas peculiaridades em relação a línguas mais conhecidas, de origem europeia, têm fornecido área profícua de pesquisa linguística. Conforme destaca Chomsky (1998, p. 22), “a linguística antropológica forneceu uma compreensão muito mais profunda da natureza e variedade das línguas”. Neste sentido, o estudo das línguas menos investigadas tem continuamente ajudado a questionar e consolidar conhecimentos sobre a estrutura da linguagem humana.

Gomes (2018) enfatiza a diversidade linguística encontrada na região amazônica e destaca o valor das línguas indígenas para a ciência, relatando a atenção que o tema recebeu de Rodrigues (2000) e de Grinevald e Seifart (2004), por exemplo. De acordo com o autor:

Diante de tamanha diversidade, Grinevald & Seifart (2004) destacam alguns desafios tipológicos em relação às línguas amazônicas, também já ressaltados por outros autores: o estudo da ordem de palavras, o da ergatividade, o dos sistemas de classificação nominal, em especial os presentes nas línguas da parte oeste da Amazônia. (GOMES, 2018, p. 2-3)

⁵³ “Propriedades de codificação controladas por TAM”, em tradução livre.

A presente pesquisa tangencia todos esses assuntos, uma vez que são abordados por diferentes autores no intuito de identificar argumentos e adjuntos, e abrange o estudo da valência verbal, que viabiliza compreensão da correspondência entre as relações gramaticais e os papéis semânticos e pragmáticos.

Até o momento, confirmamos que os SP, no Kamaiurá, tendem a atuar como adjunto, que, em apenas uma situação, funcionam como argumento (complemento de cópula) e, em outra, como predicado. Com base nisso, propusemos, preliminarmente, uma escala com os traços [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra, a fim de incluir as três funções exercidas pelos SP no Kamaiurá. Nesta perspectiva, teríamos o predicado de orações não verbais à esquerda, em posição mais nuclear, o complemento de cópula ao centro, em função argumental, e o adjunto da sentença à direita, em posição mais periférica.

Em relação à tipologia de Pantcheva (2010), referente ao uso de posições distintas para expressar lugar, meta e fonte, o Kamaiurá se inclui no padrão mais recorrente (Lugar≠Meta≠Fonte) apontado pela autora.

Quanto à identificação de papéis semânticos em SP para fins de comparação translíngüística, conforme aduzido na seção sobre metodologia, encontramos até o momento os seguintes conceitos: ablativo, agente (em construções “passivas” elicitadas e causativas de verbos transitivos), alativo, benefactivo, causa, causado, comitativo, comparativo, dativo, destinatário, direcional (destinação), fonte, instrumento, locativo(s) e meio. Salientamos que Seki (2000) tende a interpretá-los como adjuntos e que, entre eles, incluem-se algumas das construções e dos papéis semânticos que são foco desta pesquisa, mencionados na introdução do capítulo. Contudo, embora tenhamos identificado como são expressos pela autora, carecemos de dados das demais línguas para verificar semelhanças e diferenças entre as análises dos autores, o que será feito nas fases seguintes de nossa pesquisa.

Constatamos também certo isomorfismo entre posposições, nomes e verbos, o que suscita novas dúvidas acerca da semelhança funcional entre essas classes de palavras, algo ainda a ser investigado.

Em relação à variedade de termos mais diretamente relacionados aos temas da pesquisa, encontramos termos como “adverbial”, “caso nuclear”, “complemento de cópula”, “locução nominal”, “locução posposicional”, “objeto indireto” em função de adjunto, “orações com predicado não-verbal”, “predicado” e “verbo descritivo”, os quais compõem a terminologia de Seki (2000) e serão contrastados com a nomenclatura de outros pesquisadores.

Outro tema a ser pesquisado, a respeito do próprio Kamaiurá, refere-se à existência de possíveis posposições multifuncionais com funções pragmáticas, além das sintáticas já identificadas. Como informado na seção intitulada “Kamaiurá: primeiros passos”, apesar de alguns indícios, não pudemos afirmar com certeza que tais posposições existam na língua.

Pesquisaremos também eventuais diferenças entre posposições e afixos de caso, tendo em vista que a similaridade entre as adposições e esses afixos é um aspecto citado com frequência na literatura (cf. Hagège, 2010; Haspelmath, 2014b). Neste sentido, as semelhanças englobariam desde aspectos funcionais e semânticos a comportamentos sintáticos.

Mais um assunto a investigar, por fim, é a generalização de Haspelmath (2018a, 2018b) segundo a qual haveria correspondência linguística entre forma gramatical e frequência de uso. Neste sentido, extrapolando as ideias do autor, buscaríamos averiguar a possibilidade de diferenciar argumentos e adjuntos na frequência de uso, na previsibilidade e na eficiência de codificação. Caso não encontremos obras que permitam análise com essa dimensão, serão necessárias pesquisas futuras sobre as línguas que incluam tentativa de explicação fundamentada na adaptação funcional.

A pesquisa, portanto, permanece em andamento, e serão necessários dados das demais línguas da família tupí-guaraní para respondermos, de maneira mais efetiva, às perguntas aqui apresentadas.

Referências

CHOMSKY, Noam. Primeira Palestra. In: CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 17-38.

CREISSELS, Denis. Cross-Linguistic Variation in the Treatment of Beneficiaries and the Argument *vs.* Adjunct Distinction. **Linguistic Discovery**, Hanover, v. 12, n. 2, p. 41-55, 2014.

CROWLEY, Terry; BOWERN, Claire. **An introduction to Historical Linguistics**. 4. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

CRUZ, Aline. **Fonologia e gramática do Nheengatú**: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa. 2011. 654 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-25.

EPPS, Patience. **A Grammar of Hup**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 61-70, 2003.

GOMES, Dione M. **Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí)**. 2006. 319 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GOMES, Dionei M. Sintagma verbal, nominal e posposicional em Mundurukú (Tupí): possível isomorfismo. *In: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. (Org.). O sintagma nominal em línguas amazônicas*. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 263-290.

GOMES, Dionei M. **Argumentos e adjuntos em línguas indígenas brasileiras**. Projeto de pesquisa – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, Dionei M. Postpositions in Munduruku (Tupi): formal and functional features. **Revista Forma y Función**, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 109-150, 2019. doi: 10.15446/fyf.v32n2.80817.

GRINEVALD, Colette; SEIFART, Frank. Noun classes in African and Amazonian languages: towards a comparison. **Linguistic Typology**, Berlin, v. 8, p. 243-285, 2004.

HAGÈGE, Claude. **Adpositions**: Function-marking in human languages. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HARTMANN, Iren; HASPELMATH, Martin; TAYLOR, Bradley (Ed.). **Valency Patterns Leipzig**. Leipzig: MPI for Evolutionary Anthropology, 2013.

HASPELMATH, Martin. Adpositions. *In: International Encyclopedia of Linguistics*. W.J. Frawley (Ed.). Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. p. 39-41.

HASPELMATH, Martin. Arguments and adjuncts as language-particular syntactic categories and as comparative concepts. **Linguistic Discovery**, Hanover, v. 12, n. 2, p. 3-11, 2014a.

HASPELMATH, Martin. Comparative syntax. *In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Dan (Ed.). The Routledge handbook of syntax*. London: Routledge, 2014b. p. 490-508.

HASPELMATH, Martin. **Differential place marking and differential object marking**. Nov. 2018a. Disponível em: https://www.academia.edu/37762885/Differential_place_marking_and_differential_object_marking. Acesso em: 7 fev. 2020.

HASPELMATH, Martin. **Explaining grammatical coding asymmetries: Form-frequency correspondences and predictability**. 2018b. Disponível em: https://www.academia.edu/37510601/Explaining_grammatical_coding_asymmetries_Form-frequency_correspondences_and_predictability. Acesso em: 7 fev. 2020.

HASPELMATH, Martin; HARTMANN, Iren. Comparing verbal valency across languages. *In*: MALCHUKOV, Andrej; COMRIE, Bernard. (Ed.). **Valency classes in the world's languages: Introducing the framework, and case studies from Africa and Eurasia**. Berlin [u.a.]: Mouton de Gruyter, 2015. p. 41-72.

MELLO, Antônio A. S. Evidências fonológicas e lexicais para o sub-agrupamento interno Tupi-Guarani. *In*: CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (Org.). **Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história**. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2001, Belém. *Atas...* Belém: EDUFPA, 2002. v. 1, p. 338-342.

MICHAEL, Lev. **Amazonian Languages: linguistic diversity of "Greater Amazonia"**. Chicago: LSA Linguistic Institute, jul. 2015. 62 eslaides.

PANTCHEVA, Marina. The syntactic structure of Location, Goals and Sources. **Linguistics**, Berlin, v. 48, n. 5, p. 1043-1081, 2010.

PAYNE, Thomas E. **Describing morphosyntax: a guide for field linguistics**. UK: CUP, 1997. p. 129-222.

PRAÇA, Walkiria N.; MAGALHÃES, Marina M. S.; CRUZ, Aline da. Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? **LIAMES**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 39-58, jan.-jun. 2017.

QUEIXALÓS, Francesc. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. *In*: LOIS, Ximena; VAPNARSKY, Valentina (Ed.). **Lexical categories and root classes in Amerindian Languages**. Bern: Peter Lang AG, 2006. p. 249-287.

QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. Predicados, nomes, sintagmas. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. (Org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 7-27.

RODRIGUES, Aryon D. As línguas gerais sul-americanas. **PAPIA**, Brasília, v. 4, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; RENAULT-LESCURE, Odile (Org.). **As línguas amazônicas hoje**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. *In*: RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. (Org.). **Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história**. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2001, Belém. *Atas...* Belém: EDUFPA, 2002. v. 1, p. 327-337.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá**: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SHIBATANI, Masayoshi; BYNON, Theodora. **Approaches to Language Typology**: a conspectus. New York: Oxford University Press, 1995.

ZARIQUIEY, Roberto. Objects, quasi-objects and oblique objects in Kakataibo (Panoan, Peru). **IJAL**, Chicago, v. 83, n. 4, p. 719-41, out. 2017.

Abreviaturas

A	Sujeito de verbo transitivo
ABL	Ablativo
AF	Afirmativo
AL	Alativo
AT	Atestado
ATR	Caso atributivo
cf.	Conferir
CAUS	Causativo
CIRC	Modo circunstancial
COL	Coletivo
COM	Comitativo
COMP	Comparativo
CÓP	Cópula
DAT	Dativo
DIR	Direcional
DIST	Distante
F	Foco
FS	Fim de sentença
IMPER	Imperativo
INDEF	Indefinido (possuidor)
INES	Inessivo
INTENS	Intensivo
INTENT	Intentivo
LN	Locução (sintagma) nominal
LOC	Caso locativo
LP	Locução (sintagma) posposicional
MS	Falante de sexo masculino

N	Caso nuclear
NEG	Negativo
NMLZ	Nominalizador
O	Objeto direto
oi	Objeto indireto
PAS	Passado
PI	Pessoa inclusiva
PL	Plural
POSP	Posposição
POT	Potencial
PRO	Elemento pronominal
PROIB	Proibitivo
PRÓX	Próximo
REFL	Reflexivo
REL	Prefixo relacional
SG	Singular
SN	Sintagma nominal
SP	Sintagma posposicional
SV	Sintagma verbal
V	Verbo
VIS	Visual
<i>vs.</i>	<i>Versus</i>
1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
=	Fronteira de clítico

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas citados abaixo a gentileza de terem feito a avaliação crítica e construtiva dos textos desta coletânea:

Prof. Dra. Ana Carolina Hecht
Universidad de Buenos Aires (UBA), CONICET e INAPL

Prof. Dra. Ana Paula Barros Brandão
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Pedro Viegas Barros
Universidad de Buenos Aires (UBA)

Prof. Dra. Luciana Raccanello Storto
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dra. Marcia Niederauer
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dra. María Alejandra Regúnaga
Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam) e CONICET

Profa. Dra. Marina Garone Gravier
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Profa. Dra. Rocío Martínez
Universidad de Buenos Aires (UBA) e CONICET

Profa. Dra. Stella Telles
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça
Universidade de Brasília (UnB)

Agradecemos igualmente ao Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira, presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), o importante apoio dado durante o congresso ALFALito 2018, ocorrido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual os presentes textos foram inicialmente apresentados em comunicações orais.

Agradecemos ainda à Editora Universidade de Brasília (EDU), especialmente à Profa. Dra. Germana Henriques Pereira de Sousa, sua diretora, o excelente suporte dado a esta publicação, sem o qual ela não seria possível.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES



Adriana Speranza obtuvo el Posdoctorado en el Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y el Doctorado en Lingüística por la misma Universidad. Profesora Titular de Lingüística en la Universidad Nacional de Moreno; Profesora Adjunta de Lingüística en la Universidad Nacional de La Plata; Investigadora Asociada de la Comisión de Investigaciones Científicas de la provincia de Buenos Aires (CIC); Directora de la Carrera de Especialización en Lectura y Escritura; Directora de la Subsección de la Cátedra UNESCO en la Universidad Nacional de Moreno y Coordinadora-Vicedecana de la Licenciatura en Comunicación Social de la misma Universidad. Desarrolla su tarea docente y de investigación en el campo de la Lingüística y de la Sociolingüística, específicamente, su trabajo se orienta hacia la variación lingüística, el contacto de lenguas y su impacto en la educación. Una vertiente de los principales estudios desarrollados en sus investigaciones se orienta hacia el análisis de la evidencialidad en el español americano. En este

campo teórico ha investigado diferentes casos de variación lingüística en distintas variedades del español americano.

E-mail: paglispe@gmail.com



Angel H. Corbera Mori é professor no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição onde atua na graduação e na pós-graduação, e lidera o Grupo de Pesquisa “ESTUDO DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS” (CNPq). É professor colaborador no Programa de Doutorado em Linguística da Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Peru). Tem como foco de pesquisa o estudo das Línguas Ameríndias, Línguas Arawak, Tipologia Linguística, Morfologia, Sintaxe Tipológico-Funcional. Também é editor da Revista *LÍNGUAS INDÍGENAS AMERICANAS (LLAMES)*.

E-mail: corbera.mori@gmail.com



Arthur Britta Scandelari é Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Estudante do grupo de pesquisa “Núcleo de Tipologia Linguística” (NTL/CNPq). Graduando em Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (UnB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-graduado em Direito Internacional

pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: scandelari@gmail.com



Dionei Moreira Gomes é Professor Associado 4 do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisa línguas indígenas, português do Brasil e língua brasileira de sinais (Libras). Atua também na formação inicial e continuada de professores. Concluiu mestrado e doutorado em Linguística na UnB, tendo sido, durante este último período de formação, pesquisador visitante nos seguintes centros de pesquisa franceses: Centre d'Études de Langues Indigènes d'Amérique (CELIA/Paris) e Laboratoire Dynamique du Langage (DDL/Lyon). Foi coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) do curso de Letras e coordenou o Programa de Pós-graduação em Linguística da UnB (mestrado e doutorado) no biênio 2012-2013. É líder do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Tipologia Linguística (NTL)” (CNPq) e coordena, junto com a Profa. Dra. Alejandra Regúnaga, o Projeto 9 “Diversidade linguística na América (Línguas Ameríndias)” da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL).

E-mail: dionei98@gmail.com



Ivan Rocha trabalha com descrição de línguas indígenas amazônicas. Atualmente é pesquisador visitante no Museu Goeldi (MCTIC/CNPq/PCI), trabalhando com descrição e documentação do léxico Karitiana. Realizou estágio pós-doutoral na USP com bolsa PNPd/CAPES (2017—2019), com o tema “tempo e aspecto em orações não-finitas em Karitiana”, supervisionado pela Profa. Dra. Ana Müller; foi pesquisador visitante na Universidade do Texas com uma bolsa de pesquisa FAPESP/BEPE (2014—2015). Obteve o doutorado com bolsa FAPESP (2016) e mestrado em Linguística com bolsa CNPq (2011) pela Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Storto. Possui também graduação em Linguística (2008) pela mesma universidade com bolsa de pesquisa da Fundação Volkswagen do Brasil.

E-mail: ivanrochaxxi@gmail.com



Jackeline do Carmo Ferreira possui graduação em Licenciatura no curso de Letras com habilitação em Português e em Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010-2013) e mestrado em Linguística, na área de línguas Indígenas, pela Universidade Estadual de Campinas (2015-2017), quando foi bolsista CAPES. Atualmente, é doutoranda do programa de linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, sob orientação do professor Dr. Angel H. Corbera

Mori, também na UNICAMP. Tem como foco de pesquisa a área de Línguas Indígenas, com ênfase nas línguas da família Arawak, Tipologia Linguística e Descrição Linguística.

E-mail: jackelinedocarmoferreira@gmail.com



Marcelo Pagliaro es Licenciado y Profesor en Antropología (UBA). Ha desarrollado trabajos de investigación en el campo de la Antropología económica en la localidad de Miyuyoc, provincia de Jujuy. Como docente investigador ha participado en distintos proyectos vinculados a la diversidad cultural y lingüística en el marco de las convocatorias del INFD y en proyectos radicados en la Universidad Nacional de Moreno. Ha ocupado el cargo de Consultor en el Proyecto *Becas Alumnos Indígenas*, INFD, MECyT de la Nación y como Especialista Técnico Regional del Área Antropología por la DGE de la provincia de Buenos Aires. Actualmente se desempeña como docente en el Curso de Orientación y Preparación Universitaria de la Universidad Nacional de Moreno y en establecimientos de formación docente de la provincia. Algunas de sus publicaciones son: *Claude Lévi-Strauss y el estructuralismo* (2018); *La enseñanza del español en contextos de diversidad lingüística* (en colaboración, 2018); *Reflexiones sobre la diversidad lingüística y cultural en el conurbano bonaerense* (en colaboración, 2015), entre otros.

E-mail: marcelo.pagliaro@yahoo.com.ar



María Alejandra Regúnaga es Doctora en Letras (2011) por la Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca, Argentina). Es profesora e investigadora en la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de La Pampa (Argentina), en las áreas de Linguística teórica y descriptiva, y directora del Instituto de Linguística en esa misma institución. En dicho ámbito dirige proyectos de investigación sobre lenguas indígenas patagónicas y otras lenguas minoritarias/minorizadas. Es investigadora adjunta en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), donde desarrolla investigaciones relativas a la descripción de lenguas indígenas en peligro de desaparición/desaparecidas de la Patagonia Sur a través de fuentes documentales, principalmente misioneras. Coordina, junto con el Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes, el Proyecto 9 “Diversidad lingüística en América (Lenguas Ameríndias)” de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL).

E-mail: aregunaga@gmail.com



Sivaldo Correia é Bacharel em Letras e Mestre em Linguística pela UFPE. Atualmente é Doutorando em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco, com Doutorado Sanduíche (CAPES) na University of Oregon. É membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Indigenistas da UFPE (NEI) e desenvolve

pesquisas na área de morfossintaxe e descrição da língua Kithãulhu (família Nambikwara).

E-mail: sivaldocorreia@gmail.com



Zarina Estrada Fernández Ph.D en Lingüística-Sintaxis por la Universidad Arizona (Tucson, 1991). M.A. en Lingüística-Sintaxis (Universidad de Arizona, 1989). Licenciada en Lengua y Literatura Españolas, especialidad en Lingüística Hispánica (Universidad Nacional Autónoma de México, 1975). Es profesora-investigadora de la Universidad de Sonora en la Licenciatura y Maestría en Lingüística así como en el Doctorado en Humanidades. Es una académica reconocida especialmente por la investigación que ha desarrollado sobre lenguas de la familia yuto-azteca habladas en el noroeste de México. Sus trabajos de investigación se caracterizan por la integración de la perspectiva tipológica y la diacrónica en el análisis descriptivo de las estructuras gramaticales; asimismo, ha contribuido a la documentación lingüística de lenguas escasamente estudiadas y de lenguas minoritarias, tomando en consideración no solo la preservación lingüística sino también la del contexto etnocultural. Ha participado y participa en proyectos colectivos de registro lingüístico, preservación y documentación digital financiados por CONACYT (México), CNRS

(Francia), Max Planck Institute for the Science of Human History (Alemania) y la Universidad de Sonora (México). Entre sus publicaciones destacan 9 libros de autoría personal, 29 codirecciones de libros, 52 capítulos de libros, varios de ellos en editoriales de reconocido prestigio (John Benjamins, Mouton de Gruyter), 36 artículos publicados en revistas de arbitraje internacional. Ha dirigido más de 45 trabajos de tesis. Ha sido reconocida por el Sistema Nacional de Investigadores del CONACYT, por la Sociedad Lingüística de América y por la Universidad de Sonora.
E-mail: zarinaef@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

Por se tratar de uma obra digital, as línguas e os termos deste índice remissivo podem ser encontrados por meio das ferramentas de busca do leitor de textos.

Línguas

A

Acoma
Alakalufe (Alacalufe)
Alantesu
Alikoolip
Ãpyāwa
Arawak
Asháninka
Ashéninka

B

Baure

C

Chemehuevi
Chilidago
Comanche
Cora
Cupeño

G

Guajá
Guaraní
Guarijío

H

Hahāntesu
Halakwulup
Halotesu
Hoava
Huichol
Hukuntesu

I

Iñapari

K

Kamaiurá
Karitiana
Katitãulhu
Kawaiisu
Kawesqar (Kaweskar)
Kithãulhu
Kustenáu (Kustenu)

L

Lakondê
Latundê
Lihir

M

Machiguenga
Maipure
Mamaindê
Mapuche
Mapuzungun
Mayo
Mehináku (Mehinaku)
Mexicanero
Mundurukú

N

Náhuatl
Nambikwara do Cerrado
Nambikwara do Sul
Navajo
Negarotê
Névome
Nheengatú
Nijaklosu
Nomatsiguenga

O

O'odham
Odami

P

Pápagu
Paresi
Pima Bajo
Piro

Q

Quechua
Quichua

S

Sabanê
Saráre
Sawentesu
Selk'nam
Siwaisu
Sowaintê

T

Tagalog
Tamil
Tapirapé
Tarahumara
Tawandê
Tehuelche
Tepehuano del norte
Tepehuano del sureste
Terena
Tsoneca
Tulatülabal
Tupinambá

U

Unua
Ute

W

Waikisu

Wakalitesu

Wasusu

Waurá

Y

Yagán

Yapese

Yaqui

Yawalapití (Yawalapiti)

Yine

Termos

A

adjunto
adposição
ágrafo
alfabeto
alienabilidade
alienável
anglicano
animacidade
Antropología
argumento
aspecto

C

cambio diacrónico
codificación
coletivizador
coletivo
comparativo (análisis)
complemento de cópula
contacto lingüístico
contável
continuum
creatividade

D

dependent-marking (marcação no dependente)
desplazamiento
diccionario
documentación

E

escala
Etnografía

F

finito
fonético
fonotípico
frecuencia (del comportamiento)

G

genética
gramaticalización

H

head-marking (marcação no núcleo)
historia
historiografía

I

identidad
inalienável
isomorfismo

J

jerarquía de animicidad

L

Linguística Histórica

M

método comparativo
método da reconstrução interna
método reconstrutivo sincrônico
migración
misión
misionero
multifuncional

N

número

O

oração encaixada
oração matriz
ortografia

P

perfeito
pluralidade (nominal)
posposição
posse
possuído (não possuído)
pragmática
predicado
princípio comunitario
proceso de cambio
prospectivo
protocolo
protótipo

Q

quantificador

R

religião
representação grafemática
revitalización

S

santiagoño
sintagma posposicional
sistema (fonético)
Sociolingüística
subdiferenciação
superdiferenciação
supradiferenciação

T

taller de lengua
tempo
temporalidade
terminologia
tipologia

V

valência